

# Orçamento materializa desafio do arcabouço fiscal

Caixa terá de ser reforçado em R\$ 168 bi para obter superávit primário de R\$ 2,84 bi

DEBRASÍLIA

Enviado ao Congresso na última quinta-feira, o projeto do Orçamento de 2024 materializou o desafio proposto pelo novo arcabouço fiscal. O governo precisará reforçar o caixa em R\$ 168 bilhões para encerrar o próximo ano com superávit primário de R\$ 2,84 bilhões, conforme estabelecido na meta fiscal. Isso partindo de um déficit que, segundo a previsão oficial mais recente, deverá fechar 2023 em R\$ 145,4 bilhões para este ano.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reconheceu que a meta é ambiciosa. “Nós não estamos negando o desafio. Não estamos negando a dificuldade. O que nós estamos afirmando é o nosso compromisso da área econômica em obter o melhor resultado possível, obviamente, que levando em consideração a opinião do Congresso Nacional, que é quem dá a última palavra sobre esse tema”.

Os R\$ 168 bilhões extras haviam sido anunciados pela ministra do Planejamento, Simone Tebet, na última quarta-feira. Ela esclareceu que o montante se refere às receitas brutas. Ao descontar as transferências obrigatórias para estados e municípios, a receita líquida cai para R\$ 124 bilhões.

O governo pretende tirar esse dinheiro de medidas que revertam desonerações concedidas nos últimos anos e tributando a camada mais rica da população e setores não regulamentados, como as apostas esportivas. O esforço é necessário para dar conta do aumento de gastos de R\$ 129 bilhões no próximo ano, dos quais boa parte se deve ao restabelecimento dos pisos constitucionais com saúde e educação e com a recomposição de políticas públicas que deixaram de ser executadas nos últimos anos.

## DETALHAMENTO

A maior parte das receitas virá da restauração do voto de desempate do governo no Conselho Adminis-



Governo pretende tirar esse dinheiro de medidas que revertam desonerações concedidas nos últimos anos

## CARTAS NA MANGA

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse que a equipe econômica tem uma “carta na manga” de até R\$ 71 bilhões que poderá compensar eventuais frustrações de receita. Dos R\$ 71 bilhões, R\$ 22 bilhões se devem ao empocamento de recursos, quando os ministérios não conseguem gastar verbas empenhadas por dificuldades de execução. O problema ocorre principalmente com investimentos e emendas parlamentares impositivas, que dependem de contratos e de licitações. Há mais R\$ 20 bilhões não contabilizados no Orçamento de lei

trativo de Recursos Fiscais (Carf). Aprovada no Senado na última quarta-feira, a proposta permitirá ao governo arrecadar R\$ 54,7 bilhões, segundo as estimativas do Orçamento de 2024. Em segundo lugar, estão R\$ 42,1 bilhões de transações tributárias, renegociações especiais de dívidas de contribuintes com a Receita e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, introduzida no projeto do Carf.

Em terceiro lugar, está a regulamentação de uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que

já sancionada que altera a definição de preços de transferência, preços de importações e exportações em um mesmo grupo empresarial, trazendo brechas para a diminuição de lucros e o pagamento de menos tributos. Outros R\$ 29 bilhões são da margem de tolerância do arcabouço fiscal, que permite um superávit ou déficit primário de 0,25% do PIB. Ceron cita a alienação de recebíveis da dívida ativa, que permitiria ao governo repassar a terceiros os direitos a receber de dívidas de contribuintes com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e antecipar a entrada de recursos.

proibiu que empresas abatassem incentivos estaduais para gastos de custeio do pagamento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Segundo o Orçamento, o governo pretende arrecadar R\$ 35,3 bilhões com a medida, embora no início do ano se tenha falado em potencial de arrecadação de R\$ 90 bilhões a R\$ 130 bilhões por ano.

Em quarto, vêm R\$ 20 bilhões com a tributação dos super-ricos, dos quais R\$ 13,3 bilhões para a antecipação de Imposto de Renda sobre fundos exclusivos

e R\$ 7 bilhões com a taxa-ção de investimentos em offshores. Em quinto, o projeto de lei que pretende extinguir os juros sobre capital próprio, modalidade de distribuição de parte dos lucros das empresas aos acionistas. Enviada na última quinta-feira ao Congresso, a proposta poderá elevar a arrecadação em mais R\$ 10 bilhões.

O governo também quer reforçar o caixa com R\$ 2,8 bilhões com o combate à sonegação no comércio eletrônico e com R\$ 700 milhões da regulamentação e da taxa-ção de apostas esportivas. Inicialmente prevista para render até R\$ 15 bilhões, a medida renderá menos de R\$ 1 bilhão após o projeto do Orçamento revisar os cálculos.

Faltam R\$ 2,1 bilhões para cumprir a meta de pequeno superávit primário. Esse dinheiro pode ser obtido por outras medidas de aumento da tributação, como a reoneração do diesel, ou de combate à sonegação. Também é possível reduzir a necessidade de receitas por meio da revisão de gastos, como o aperfeiçoamento do cadastro do Bolsa Família. (Agência Brasil)

MARCELLO CASAL JR./AGÊNCIA BRASIL - ARQUIVO